

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES E PRÁTICAS PARA VALORIZAR A DIVERSIDADE NA APRENDIZAGEM

EVALUATION IN INCLUSIVE EDUCATION: REFLECTIONS AND PRACTICES TO VALUE DIVERSITY IN LEARNING

Adaci Estevam Ramalho Neto¹, José Fabio Bezerra da Silva², Eulália Cristina Coelho Araújo³, Jisiane Kenia Jerônimo dos Santos⁴, Jociélia Francisca de Sousa⁵, Wendel Jean Ramalho da Silva⁶, Marcos Vitor Costa Castelhanos⁷ e Emily de Sousa Medeiros⁸

ARTIGO

Recebido:

27/10/2023

Aprovado:

27/10/2023

Palavras-chave:

Avaliação.

Inclusão.

Diversidade.

RESUMO

Introdução: O processo de inclusão efetiva na educação requer considerar o aluno em sua individualidade e contexto, personalizando o ensino e a avaliação de acordo com suas necessidades físicas e intelectuais. A avaliação formativa surge como uma alternativa para atender aos estudantes com deficiência, pois enfatiza a reflexão contínua sobre o progresso e os caminhos a percorrer na busca pela aprendizagem.

Objetivos: Analisar os aspectos avaliativos na avaliação inclusiva perante a execução de práticas que valorizem a diversidade. **Aspectos metodológicos:** É fundamental que as práticas escolares inclusivas beneficiem não apenas alguns alunos, mas todos, considerando suas capacidades individuais. Para alcançar a educação inclusiva, é necessário capacitar os professores e toda a comunidade escolar, proporcionando ambientes acolhedores e incentivando políticas públicas que promovam a inclusão em todas as etapas da educação básica. **Resultados:** A avaliação adequada é uma ferramenta essencial para impulsionar a aprendizagem e o desenvolvimento de cada estudante, contribuindo para uma educação mais igualitária.

ABSTRACT

Key words:

Avaliation.

Inclusion.

Diversity.

Introduction: The process of effective inclusion in education requires considering the student in their individuality and context, personalizing teaching and assessment according to their physical and intellectual needs. Formative assessment emerges as an alternative to serve students with disabilities, as it emphasizes continuous reflection on progress and the paths to take in the search for learning. **Objectives:** Analyze the evaluative aspects in inclusive assessment when implementing practices that value diversity. **Methodological aspects:** It is essential that inclusive school practices benefit not just some students, but all, considering their individual capabilities. To achieve inclusive education, it is necessary to train teachers and the entire school community, providing welcoming environments and encouraging public policies that promote inclusion at all stages of basic education. **Results:** Adequate assessment is an essential tool to boost the learning and development of each student, contributing to a more equal education.

¹Doutorando em Ciências da Educação

² Doutorando em Ciências da Educação

³Doutorando em Ciências da Educação

⁴ Doutorando em Ciências da Educação

⁵ Doutorando em Ciências da Educação

⁶ Doutorando em Ciências da Educação

⁷Mestrando em Ciências da Educação

⁸Especialista em Educação

1. INTRODUÇÃO

A prática tradicional da avaliação em educação tem seguido paradigmas teóricos derivados de uma tradição psicométrica, reduzindo o processo avaliativo a técnicas estatísticas estáticas para verificar o aprendizado escolar e desempenho dos alunos em um conteúdo específico. Esses padrões geralmente são normativos e estabelecidos pela média do grupo, desconsiderando outras variáveis presentes tanto no processo de ensino e aprendizagem quanto na avaliação. Isso significa que a prática de avaliação tem valorizado mais o produto do aprendizado escolar do que o processo pelo qual a aprendizagem se efetiva.

Diversos estudos em Educação e Psicologia têm demonstrado uma crescente consciência em relação aos procedimentos avaliativos tradicionais e sua ineficiência no sentido de subsidiar planejamentos pedagógicos que atendam às necessidades e dificuldades dos alunos com baixo rendimento escolar (Sousa, 1995; Alencar et al., 1994; Carvalho, 1993; Hoffman, 1991).

A literatura aponta para abordagens alternativas de avaliação, evidenciando a distinção entre avaliação estática e dinâmica (Lunt, 1995). Enquanto a avaliação estática é artificial, mecânica e enfatiza apenas o produto da aprendizagem, a avaliação dinâmica envolve a relação interpessoal entre professor e aluno, valorizando o processo e buscando conhecer as estratégias de aprendizagem utilizadas pelos alunos, proporcionando informações mais precisas para orientar o ensino.

Luckesi (1990) destaca que a avaliação da aprendizagem escolar só faz sentido quando está envolvida em um projeto pedagógico e em sintonia com o projeto de ensino, o que requer decisões sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos. Infelizmente, no contexto da escola, muitas vezes a avaliação se limita apenas à verificação da retenção de conteúdo.

A avaliação deve ser um instrumento capaz de estabelecer as condições de aprendizagem do aluno e sua relação com o ensino. Seus procedimentos devem permitir uma análise do desempenho pedagógico, oferecendo subsídios para o planejamento e a aplicação de novas estratégias de ensino que possibilitem alcançar os objetivos determinados pelo professor em cada conteúdo específico.

Atualmente, com a política de educação inclusiva adotada pelo Ministério da Educação do Brasil, impulsionada por um movimento mundial contra a exclusão, o debate sobre formas de atendimento ao aluno com deficiência tem se intensificado na direção de uma pedagogia inclusiva, buscando integrar esses alunos nas classes comuns do ensino regular (Oliveira, 2003).

A inclusão é entendida como um princípio que impulsiona um novo paradigma no atendimento ao aluno com deficiência: o paradigma de suporte (Aranha, 2000). Esse princípio tem sido amplamente debatido no Brasil, influenciado pela Declaração de Salamanca, e se reflete em documentos nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e diversos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação, incluindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Nesse contexto, a questão da avaliação assume um papel essencial para orientar a prática pedagógica, enfocando o desempenho escolar desses alunos e propondo adaptações curriculares adequadas. O princípio de inclusão deve fundamentar a prática pedagógica, garantindo que todos os educandos, independentemente de suas condições, tenham direito às mesmas oportunidades para desenvolver seu potencial psicossocial. Entretanto, é fundamental discutir as condições institucionais, administrativas e pedagógicas que possibilitarão concretizar esse princípio no cotidiano das escolas.

Com a proposta da inclusão, a escolaridade de alunos com deficiências deve ocorrer em classes comuns, assim, as práticas educativas nas classes comuns e especiais precisam ser revistas para proporcionar um atendimento adequado às necessidades especiais das crianças deficientes, sem prejudicar o processo educacional das crianças comuns.

2. TECENDO CONEXÕES: APRENDIZAGEM INCLUSIVA

A compreensão dos aspectos subjetivos e sociais dos alunos é um componente essencial da aprendizagem, e, infelizmente, muitas vezes, esses aspectos têm sido negligenciados em detrimento da ênfase exclusiva nos aspectos cognitivos e intelectuais. Atualmente, o ambiente escolar raramente proporciona espaço para reflexão por parte dos alunos, e o diálogo entre eles e os professores é limitado, resultando em uma ausência de construção significativa de novos conhecimentos.

É de extrema importância reconhecer a aprendizagem como um processo complexo, no qual a reflexão e a produção de ideias desempenham papéis fundamentais. Esses elementos só se tornam possíveis quando há envolvimento emocional do aluno no processo educacional. Portanto, é crucial entender que o conhecimento não deve ser tratado como algo impessoal, uma vez que cada indivíduo enriquece o processo de aprender com suas experiências pessoais únicas.

A singularidade da aprendizagem demanda uma revisão das práticas pedagógicas, focando em proporcionar ao aluno um papel central como sujeito ativo na construção do conhecimento. Isso implica que a avaliação do aluno também deve ser concebida de forma dialógica, assim como a exposição dos conteúdos e a condução das atividades em sala de aula.

Além de considerar a importância do aluno no processo de aprendizagem, devemos destacar a relevância da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. O ensino inclusivo busca garantir a participação de todos os estudantes em escolas e salas de aula acolhedoras, onde suas necessidades são atendidas de maneira adequada (Karagiannis; Stainback, 1999, p. 21).

Para efetivar a inclusão, é fundamental contar com redes de apoio, como coordenações de equipes e indivíduos, consultas cooperativas e trabalhos em equipe que reúnam diversas especialidades para planejar e implementar atividades inclusivas. A aprendizagem cooperativa também desempenha um papel relevante ao criar condições para uma aprendizagem colaborativa em sala de aula.

Outro ponto relevante a ser abordado é a avaliação de alunos com deficiências significativas no

ambiente escolar regular. Essa tarefa requer instrumentos, técnicas e equipamentos especializados para atender adequadamente às necessidades individuais de todos os alunos. A avaliação precisa ser conduzida de forma cuidadosa, considerando as habilidades e capacidades específicas de cada estudante, independentemente de sua deficiência.

Atualmente, o sistema educacional frequentemente adota uma abordagem padronizada para avaliar habilidades, com expectativas previamente estabelecidas no currículo. No entanto, é essencial que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam avaliados de acordo com suas condições particulares. Respeitar as diferenças individuais e desenvolver o potencial de cada aluno são aspectos primordiais a serem considerados ao implementar uma avaliação inclusiva efetiva.

Em suma, a aprendizagem verdadeiramente significativa requer uma abordagem que valorize tanto os aspectos cognitivos quanto os emocionais e sociais dos alunos. Para isso, é crucial promover práticas pedagógicas que deem protagonismo ao estudante como sujeito ativo em seu processo educacional. Além disso, a inclusão de alunos com necessidades especiais deve ser uma prioridade, contando com redes de apoio e avaliações que considerem suas particularidades individuais. Somente com tais medidas, a educação pode ser verdadeiramente inclusiva e benéfica para todos os estudantes.

3. AVALIAÇÃO INCLUSIVA: CAMINHOS PARA A DIVERSIDADE

Nos últimos anos, o movimento em prol da educação inclusiva tem ganhado força, impulsionado pela elaboração e publicação de documentos oficiais, como a Declaração de Salamanca. Em 1994, a Declaração de Salamanca proclamou a importância das escolas regulares com orientação inclusiva como meios eficazes de combater atitudes discriminatórias. Ela enfatiza que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, sendo princípio orientador que todas as crianças sejam acomodadas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas

Baseando-se nesses documentos, a educação especial passou a ser oferecida não mais em escolas ou salas especiais, mas sim nas salas de aula regulares, junto com os demais estudantes. Essa mudança de perspectiva coloca a responsabilidade no ambiente educacional, que deve se preparar para atender às necessidades dos alunos com deficiências.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (1994), o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferem daquelas realizadas na sala de aula comum, mas não substituem a escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos, visando sua autonomia e independência tanto dentro como fora do ambiente escolar.

Assim, é importante ressaltar que, nessa perspectiva, mesmo que a escola ofereça o serviço do AEE, as questões pedagógicas continuam sendo obrigações dos professores da educação básica, que são responsáveis pelo ensino e aprendizagem de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. O atendimento oferecido pelo AEE no horário oposto será apenas para auxiliar o aluno a lidar com as barreiras encontradas no ambiente escolar.

A educação inclusiva busca subverter a cultura escolar segregadora, reinventando seus princípios e práticas. Nessa linha, a avaliação da aprendizagem desempenha um papel fundamental. A avaliação pedagógica, conforme a Política Nacional para Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2014), é um processo dinâmico que considera o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno, bem como suas possibilidades de aprendizagem futura. Deve ser processual e formativa, priorizando os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas necessárias. O professor deve criar estratégias, considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para realização dos trabalhos e o uso de recursos específicos, como língua de sinais, textos em Braille, informática ou tecnologia assistiva.

A avaliação na perspectiva inclusiva tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de todos os estudantes, levando em conta suas capacidades e limitações, e não como fonte de decisão sobre castigos ou exclusões. Para isso, é essencial que a prática pedagógica seja guiada pelo princípio de inclusão, garantindo igualdade de oportunidades e uma educação de qualidade a todos os alunos.

Porém, para que a avaliação seja efetiva, é necessário considerar algumas especificidades dos alunos com deficiência. Por exemplo, para os estudantes com deficiência intelectual, é importante levar em conta suas características de aprendizagem, como ritmo, níveis de abstração e alcances possíveis. Para os estudantes com deficiência visual, é fundamental garantir acesso ao código Braille e materiais em relevo.

Diversas ferramentas avaliativas podem ser utilizadas para promover a aprendizagem inclusiva, como a observação e o registro de atividades individuais e coletivas, o portfólio, a entrevista e a autoavaliação. Essas ferramentas permitem uma abordagem mais aberta e inclusiva, possibilitando uma compreensão mais ampla do desenvolvimento dos estudantes, independentemente do nível de aprendizagem em que se encontram. O portfólio, por exemplo, permite aos alunos escolherem as atividades que comporão seu portfólio, estimulando o desenvolvimento da autoavaliação e dando significado aos saberes existentes no ambiente educacional.

Com isso, ainda se faz necessário que os professores estejam abertos a inovar suas práticas avaliativas e se sintam seguros para utilizar alternativas em sala de aula, rompendo com a organização pedagógica preestabelecida. A avaliação deve ser uma aliada no desenvolvimento de estudantes emancipados, permitindo que eles aprendam de acordo com suas próprias capacidades, sem comparações ou adaptações que os limitem.

As práticas escolares inclusivas não implicam um ensino adaptado para alguns estudantes, mas, sim, um ensino diferente para todos, permitindo que cada um aprenda segundo suas próprias capacidades, sem

discriminações e adaptações" (MANTOAN, 2003).

Dessa forma, a avaliação da aprendizagem deve servir como suporte para o desenvolvimento de todos os estudantes, levando em consideração suas capacidades e limitações, e não deve ser utilizada como fonte de decisões punitivas, mas sim para orientar os caminhos a serem percorridos. Logo, Mantoan (2003) nos demonstra que acolher as diferenças terá sentido para o professor e o levará a romper com visões padronizadas e homogêneas do desempenho escolar dos alunos somente quando ele vivenciar uma experiência marcante que o leve a compreender e perceber essas variações.

Nesse contexto, Campos e Oliveira (2005) apontam que a avaliação das necessidades educacionais dos estudantes com deficiência é um elemento fundamental para subsidiar sua aprendizagem e apoiar o acompanhamento da escolarização nas classes comuns, fornecendo os recursos necessários para o sucesso educacional. No entanto, a avaliação não pode restringir-se apenas às suas condições de desenvolvimento biopsicossocial, mas também deve levar em conta o seu potencial de aprendizagem e o nível de competência curricular do aluno, com base na proposta curricular da série em que está matriculado.

Tem-se observado que alguns professores concordam com novas alternativas de avaliar os processos de ensino e aprendizagem e reconhecem a importância de turmas naturalmente heterogêneas. No entanto, ainda enfrentam dificuldades para utilizar essas alternativas em sala de aula e inovar as rotinas de trabalho, devido à persistência da organização pedagógica pré-estabelecida (FERNANDES, 2010).

Essa falta de um procedimento avaliativo adequado contribui para a perpetuação de preconceitos em relação a esses estudantes, pois a principal finalidade da avaliação deve ser analisar as habilidades e competências no desenvolvimento e aprendizagem do estudante com deficiência, levando em conta os recursos educacionais necessários para apoiar a aprendizagem (FERNANDES, 2010).

É necessário, portanto, que haja uma maior conscientização dos educadores sobre a importância de práticas avaliativas inclusivas, que considerem as singularidades e potencialidades de cada aluno, de forma a promover um ambiente de aprendizado verdadeiramente inclusivo e enriquecedor. Somente assim poderemos avançar na construção de uma educação que respeite e valorize a diversidade, garantindo a todos os estudantes igualdade de oportunidades para o pleno desenvolvimento de suas habilidades e talentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso entre teóricos da área educacional que, para que haja um processo de inclusão efetivo, é preciso considerar o aluno em sua especificidade e totalidade, compreendendo o sujeito dentro de seu contexto. Nesse sentido, os processos de ensino e avaliação nas escolas devem ser adaptados de acordo com as condições físicas e intelectuais de cada indivíduo, priorizando uma abordagem individualizada e personalizada que valorize as habilidades apresentadas por cada estudante.

Contudo, a forma atual de avaliação da aprendizagem muitas vezes não se alinha com os objetivos

de um ensino inclusivo, pois costuma seguir padrões rígidos e classificatórios que podem não se adequar às necessidades e potencialidades dos alunos com deficiência.

O tema da Educação Especial tem ganhado destaque em eventos e publicações da esfera escolar, especialmente em um contexto em que estamos vivenciando mudanças na configuração da educação, buscando torná-la mais inclusiva e abrangente para todos os estudantes. Entretanto, percebe-se uma lacuna na discussão sobre a avaliação escolar direcionada aos estudantes que constituem o público-alvo da Educação.

Nesse contexto, a avaliação formativa tem surgido como uma possibilidade promissora para obter melhores resultados com esse público. A avaliação formativa difere da avaliação classificatória e pontual, pois é um processo contínuo de reflexão que não apenas verifica o nível de conhecimento alcançado pelos estudantes, mas também identifica os novos caminhos a percorrer na busca pela aprendizagem (Sousa, 1995).

No que se refere aos instrumentos de avaliação, a pesquisa aponta a observação, o registro, o portfólio, o diário do professor e a autoavaliação como recursos que podem contribuir significativamente para uma avaliação formativa, não só para os estudantes com deficiência, mas também para todos os outros que estão em processo de aprendizagem.

É importante enfatizar que as práticas escolares inclusivas não se resumem a um ensino adaptado apenas para alguns estudantes, mas sim a um ensino diferenciado para todos, onde cada indivíduo tem a oportunidade de aprender de acordo com suas próprias capacidades. Dessa forma, busca-se criar ambientes de aprendizagem que valorizem a diversidade e promovam a participação e o desenvolvimento pleno de todos os envolvidos no processo educativo.

Para efetivar a inclusão na educação, é essencial que a avaliação seja repensada e adaptada para atender às demandas dos alunos com deficiência, garantindo que todos tenham acesso a oportunidades de aprendizagem significativas e que suas conquistas sejam reconhecidas de forma individualizada. Além disso, é fundamental promover a formação contínua de professores e demais profissionais da educação, capacitando-os para lidar com a diversidade e implementar práticas pedagógicas inclusivas em suas salas de aula.

As escolas devem se comprometer a criar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados em suas singularidades. A educação inclusiva é um desafio que requer o envolvimento de toda a comunidade escolar, além de políticas públicas que incentivem e promovam a inclusão em todas as etapas da educação básica.

Portanto, é necessário um esforço conjunto de todos os atores envolvidos no sistema educacional para garantir que a avaliação seja uma ferramenta efetiva para impulsionar a aprendizagem e o desenvolvimento de cada estudante, independentemente de suas características individuais. Somente assim, poderemos avançar em direção a uma educação mais inclusiva e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. L. et al. Avaliação e intervenção em classes especiais. Ensaio, v.2, n.1, p.63-78, out./dez. 1994

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. Educação especial: temas atuais. Marília: Unesp, 2000.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial, 1994.

BRASIL. Decreto n.2494. Art. 80 da LDB/Lei n.9394/96 de 1998. Diário Oficial [da] União, 1998.

CAMPOS, T. E; OLIVEIRA, A. A. S. Avaliação em educação especial: o ponto de vista do professor de alunos com deficiência. Estudos em Avaliação Educacional, v. 16, n. 31, p. 51-78, 2005

CARVALHO, R. E. Avaliação e atendimento em educação especial. Temas em Educação Especial II. São Carlos: UFSCar, 1993.

FERNANDES, T. L. G. Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência: estudo documental das diretrizes oficiais. 2010. 152 f. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira)±Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GADOTTI, M. Avaliação Formativa. São Paulo: Autores Associados, 1984.

HOFFMAN, J. M. L. Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1991

LUCKESI, C. C. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? A Construção do professor de ensino e a avaliação. Idéias, n. 8, p. 71-80. São Paulo: FDE, 1990.

LUNT, I. A prática da avaliação. In: DANIELS, H. Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos. Campinas: Papirus, 1995.

KARAGIANNIS, A. STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Inclusão: Um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999. p. 21 – 34.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, A. A. S. Educação inclusiva: concepções teóricas e relato de experiência. In: MARQUEZINE, M. C. et al (org.). Inclusão. Londrina: Eduel, 2003.

SOUSA, C. P. (org.) Avaliação do rendimento escolar. Campinas: Papyrus, 1995.